



1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. é uma Sociedade de capital aberto, que tem por objetos sociais: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleo e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não se oponha a ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleo crus, venda de derivados de petróleo no País e sua exportação quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino, tais como armazenamento de derivados; e (iv) participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

DESAPROPRIAÇÃO

Em 15 de Outubro de 2012, através do decreto nº 43.892, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação o imóvel da Companhia localizado na Avenida Brasil nº 3141.

No dia 01 de novembro de 2012, a Administração da Companhia impetrou Mandado de Segurança contra ato do Governador do Estado do Rio de Janeiro, consubstanciado no Decreto 43.892/2012, declarando de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel onde encontra-se localizada a sede da Companhia, o qual lhe foi concedido em aforamento pelo Governo Federal, para que fosse incorporado ao patrimônio da Refinaria. A impetração busca a nulidade do ato por vícios de competência e finalidade, notadamente (i) a impossibilidade de desapropriação por Estado-Membro de direitos representativos do capital de empresa cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização; (ii) impossibilidade de desapropriação por Estado-Membro de bem pertencente à União; (iii) desvio de finalidade, por falta de específica destinação.

O Mandado de Segurança foi distribuído ao Desembargador Milton Fernandes que, em 06/11/2012, considerando o curso de mandado de segurança (0063072- 39.2012.8.19.0000)



anteriormente distribuído ao Desembargador Nildson Araújo da Cruz, impugnando o mesmo ato administrativo, determinou a remessa dos autos ao relator do primeiro mandado de segurança para solução conjunta. Ainda não houve a apreciação dos pedidos liminares formulados nos feitos, ambos no sentido de suspender os efeitos do decreto.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e associadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e



o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 14 de junho de 2013.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das informações trimestrais da controladora e consolidadas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Princípios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- *Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controladas;*



- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços foram consolidados;

(a) Controladas

Controladas são todas as Sociedades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto (capital votante).

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. (Controladora) e das controladas:

Controladas	Participação no capital
Manguinhos Distribuidora S.A. (**)	99,04%
Manguinhos Química S.A.	99,99%
Biomanguinhos Produtora de Biodiesel S.A. (*)	100,00%
Manguinhos Terminais de Granéis Líquidos S.A. (*)	100,00%

(*) Representam empresas não operacionais que não possuem ativos e passivos significativos.

(**) Em 11 de dezembro de 2012 foi aprovado, através de Assembléia Geral Extraordinária, alteração da denominação social de Manguinhos Distribuidora S.A. para Manguinhos Distribuidora S.A.

3.2 Base de conversão de moeda

(a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico no qual cada Sociedade atua. Essas



demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas de transações ou avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3 Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas e contabilizadas e os descontos sobre venda quando conhecidos.

(a) Venda de Produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e (iii) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com prazos de vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança



de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

3.5 Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (impairment) é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques “custo médio ponderado”. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração.

3.7 Outros ativos circulantes e não circulantes

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por: PIS, COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, CIDE, imposto de renda e outros impostos a recuperar.

As despesas antecipadas representam principalmente despesas com seguros inerentes às operações da Companhia.

3.8 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.



3.9 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o final do exercício subsequente (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.10 Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após o término do exercício seguinte à data de encerramento do balanço das informações anuais.

3.11 Provisões para contingências

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos externos da Companhia.



3.12 *Outros passivos circulantes e não circulante*

Outros passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.

3.13 *Provisão para recuperação dos ativos de vida longa*

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou à amortização têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

4 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da

necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas informações trimestrais:

4.1 Provisões para perdas com créditos (Impairment)

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.2 Vida útil dos ativos de longa vida

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera melhor estimativa da administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Uma das principais responsabilidades da administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de crédito e de liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações financeiras, cujos riscos são administrados por meio de estratégias e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.



5.1 Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o rating de crédito é revisto regularmente.

5.2 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui valores com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores que tem vencimento de menos de 1 ano.

5.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas e para manter adequada estrutura de capital.

A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como suas importações de matéria prima e utiliza capital próprio para a realização de investimentos de longo prazo.

6 CONTAS A RECEBER

6.1 Contas a Receber, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contas a Receber - Mercado Interno	332	72.826	15.463	78.947
Contas a Receber - Controladas (nota 11)	17.019	12.257	-	-
Duplicatas Descontadas	-	-	(60)	-
	<u>17.351</u>	<u>85.083</u>	<u>15.403</u>	<u>78.947</u>
(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa				
Contas a Receber - Mercado Interno	(109)	(1.075)	(2.217)	(3.384)
Contas a Receber - Controladas	(247)	-	-	-
	<u><u>16.995</u></u>	<u><u>84.008</u></u>	<u><u>13.186</u></u>	<u><u>75.563</u></u>

6.2 Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	(1.075)	(1.557)	(3.384)	(3.504)
Adições	(813)	(4.326)	(1.108)	(3.952)
Reversões	1.532	4.808	2.275	4.072
Circulante	<u>(356)</u>	<u>(1.075)</u>	<u>(2.217)</u>	<u>(3.384)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para créditos de difícil realização e de acordo com avaliação da Administração da Companhia é suficiente para cobertura de eventuais perdas.



6.3 Contas a receber por idade de vencimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
A vencer	-	742	38	3.317
Vencidos até 30 dias	16.787	75.479	10.316	63.732
Vencidos de 31 a 60 dias	102	4.468	2.576	6.760
Vencidos de 61 a 90 dias	106	3.319	256	1.754
Vencidos acima de 91 dias	356	1.075	2.217	3.384
Circulante	17.351	85.083	15.403	78.947

7 ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Matéria-prima	769	5.230	1.405	6.471
Estoque próprios em poder de terceiros (*)	184	-	14.774	12.420
Produtos acabados	584	9.599	12.817	15.192
Almoxarifado de manutenção	680	2.214	981	2.254
Circulante	2.217	17.043	29.977	36.337

(*) Referem-se aos estoques de matéria prima armazenados em depósitos de terceiros.

Existem estoques de terceiros em poder do grupo, cujo montante consolidado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$ 12.439 mil e R\$ 13.358 mil, respectivamente que foram segurados pela Companhia.



8 TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	9.818	1.541	12.021
IRPJ/CSLL a Compensar	-	-	1.408	1.355
PIS a Compensar (a)	277	277	1.316	277
Cofins a Compensar (a)	1.278	1.278	6.059	1.278
Outros	-	161	29	170
	1.555	11.534	10.353	15.101
(-) Impairment	(1.555)	-	(1.555)	-
Circulante	-	11.534	8.798	15.101

Descrição	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
PIS a Compensar	-	2.040	-	2.040
Cofins a Compensar	-	12.008	-	12.008
Não Circulante	-	14.048	-	14.048

(a) A Controladora utilizou como base de cálculo na apuração dos impostos na importação de matéria prima a unidade de metros cúbicos. Entretanto a Receita Federal entendeu que deveria ser utilizado como referência Ad Valorem (porcentagem). A Administração da Companhia já entrou com processo de compensação e como ainda não possui nenhum posicionamento, realizou a constituição do impairment no sentido de preservar seu patrimônio.



9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Word Fuel Services (a)	-	24.305	2.559	24.305
AML Logística S.A.	-	14.088	-	16.845
Brendon Hill Trading Corporation (a)	-	8.191	-	8.191
Univen Refinaria de Petróleo Ltda	-	5.306	-	5.306
Pedvesa Distribuidora de Petróleo	-	4.023	-	4.023
Astra Oil Company LLC (a)	-	4.000	-	4.000
Solindur Uruguay S.A. (a)	-	3.438	-	3.438
Braskem	-	1.046	-	1.046
Tramp Oil Brasil	-	2.470	-	2.470
Univen Petroquímica Ltda	-	1.359	-	1.359
Walworth Holding Sa NGM Energy S.A	-	1.152	-	1.152
Cooperativa Agroindutrial do RJ	-	-	255	-
Usina Agrisa	-	-	236	-
Disa Destilaria Itaunas S.A.	-	-	226	-
Usina da Barra S/A Açúcar e Alcool	-	-	-	1.175
Cia Ultragaz S.A	146	-	146	-
AZ Solutio Comercio Internacional	94	-	94	-
BBD Processos e Dados Ltda	64	-	64	-
Saybolt LP	52	-	52	-
Lógica Planejamento Comunicação de Projetos Sociais	51	-	51	-
Rodopetro Distribuidora de Petróleo	-	-	-	5.870
Outros	54	8.684	347	12.742
Circulante	461	78.062	4.030	91.922

Conforme Nota Explicativa 1- Desapropriação, a Companhia vem enfrentando dificuldades operacionais devido ao decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro, cujas operações estão quase paralisadas, devido à insegurança pela continuidade. Em virtude disso a Administração não realizou novas aquisições de matéria-prima até 31 de dezembro de 2012.

(a) Adiantamentos referentes à compra de matéria prima.



10 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<i>Performance Fomento Mercantil Ltda</i>	-	57.718	107	67.828
<i>(i)</i>				
<i>Títulos a receber - Precatório</i>	-	-	21.349	-
<i>Outros</i>	17	6	3.555	6
<i>Circulante</i>	<u>17</u>	<u>57.724</u>	<u>25.013</u>	<u>67.834</u>

Conforme Nota Explicativa 1- Desapropriação, a Companhia vem enfrentando dificuldades operacionais devido ao decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro, cujas operações estão quase paralisadas.

- (i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações referentes a contas a pagar e a receber e ao gerenciamento de saídas e entradas de recursos no caixa da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. e suas controladas.



11 TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas decorrem de compras e prestação de serviços, bem como fornecimento de derivados de petróleo efetuados em condições semelhantes em termo de preços e prazos de liquidação e transferência de créditos.

Controladora

Descrição	Contas a receber		Fornecedores		Empréstimos		Receitas	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Sociedades incluídas na consolidação								
Manguinhos Distribuidora S.A. (i)	16.772	12.113	-	334	41.558	41.558	549.385	530.645
Manguinhos Química S.A.	247	144	-	-	-	-	17	121
Total de controladas	17.019	12.257	-	334	41.558	41.558	549.402	530.766

Manguinhos Distribuidora

(i) Os empréstimos são referentes a negociações de dívidas da Refinaria, assumidas pela controlada Manguinhos Distribuidora S.A. (nota 14)



12 INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

As participações diretas da Companhia estão demonstradas abaixo:

						31.12.2012	31.12.2011
<i>Empresasas Controladas</i>	<i>Capital social</i>	<i>Patrimônio líquido</i>	<i>Resultado do período</i>	<i>% de Participação</i>	<i>Equivalência patrimonial</i>	<i>Valor contábil do investimento</i>	<i>Valor contábil do investimento</i>
Manguinhos Distribuidora S.A.	120.548	33.615	(49.062)	99,04%	(49.457)	33.291	(7.253)
Manguinhos Química S.A. (**)	5.749	(1.954)	(12.199)	99,99%	(12.198)	0	10.244
Biomanguinhos Produtora de Biodiesel S.A. (*)	1	1	-	100,00%	-	0	1
Manguinhos Terminais de Granéis Líquidos S.A. (*)	1	1	-	100,00%	-	1	1
	126.299	31.661	(61.261)		(61.655)	33.292	2.993

(*) Investimentos em fase pré-operacional

(**) Desde que o **GRUPO ANDRADE MAGRO** assumiu o controle da Refinaria e suas subsidiárias no exercício de 2008, vem implementando uma gestão baseada em resultados por unidade operacional, que justifique o ativo envolvido e as taxas médias de retorno conhecidas de mercado. Diante deste cenário e dos resultados negativos apresentados nos últimos anos pela Manguinhos Química S/A, a administração optou pela paralisação da sua operação.

13 IMOBILIZADO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Compõem com segue:

CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONTROLADORA

	<u>Terrenos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas Equipamento</u>	<u>Equipamento Armazenamento Transferência</u>	<u>Móveis e Utensílio</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamento Informática</u>	<u>Benfeitoria</u>	<u>Total</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	95.181	27.092	128.511	17.094	25.714	5.765	214	10.021	28.437	338.029	38.000	376.029
(+) Adições	-	-	910	1.243	-	93	74	9	991	3.320	11.807	15.127
(-) Baixa	-	-	-	(156)	-	-	-	-	-	(156)	(49.755)	(49.911)
(+) Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	95.181	27.092	129.421	18.181	25.714	5.858	288	10.030	29.428	341.193	52	341.245



DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis e Utensílio	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Obras em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(15.905)	(53.878)	(4.452)	(10.890)	(5.205)	(176)	(9.933)	(945)	(100.382)	-	(100.382)
(+) Adições	-	(1.167)	(11.892)	(1.921)	(2.117)	(121)	(20)	(29)	(949)	(18.218)	-	(18.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(17.072)	(64.770)	(6.373)	(13.007)	(5.326)	(196)	(9.962)	(1.894)	(118.600)	-	(118.600)

IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis e Utensílio	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Obras em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	95.181	11.187	75.633	12.642	14.826	560	38	88	27.492	237.647	38.000	275.647
Saldos em 31 de dezembro de 2012	95.181	10.020	64.651	11.808	12.707	532	92	68	27.534	222.593	52	222.645



CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONSOLIDADO

	<u>Terrenos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas Equipamento</u>	<u>Equipamento Armazenamento Transferência</u>	<u>Móveis e Utensílio</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamento Informática</u>	<u>Benfeitoria</u>	<u>Total</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	103.035	32.091	131.015	21.481	26.266	6.349	343	10.467	29.572	360.649	39.644	400.293
(+) Adições	-	-	4	1.422	-	93	74	9	991	2.593	11.833	14.426
(-) Baixa		(3.853)	(92)	(3.586)	-	(15)	(40)	(25)	(1)	(7.612)	(51.257)	(58.869)
(+) Transferência												
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.035	28.238	130.927	19.317	26.266	6.457	377	10.451	30.562	355.630	220	355.850



DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - CONSOLIDADO

	<u>Terrenos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas Equipamento</u>	<u>Equipamento Armazenamento Transferência</u>	<u>Móveis e Utensílio</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamento Informática</u>	<u>Benfeitoria</u>	<u>Total</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(16.824)	(54.943)	(5.116)	(11.388)	(5.765)	(255)	(10.252)	(2.067)	(106.610)	-	(106.610)
(+) Adições	-	(1.341)	(11.127)	(2.370)	(2.153)	(157)	(31)	(131)	(954)	(18.264)	-	(18.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(18.165)	(66.070)	(7.486)	(13.541)	(5.922)	(286)	(10.383)	(3.021)	(124.874)	-	(124.874)

IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

	<u>Terrenos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas Equipamento</u>	<u>Equipamento Armazenamento Transferência</u>	<u>Móveis e Utensílio</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamento Informática</u>	<u>Benfeitoria</u>	<u>Total</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	103.035	15.267	76.072	16.365	14.878	584	88	215	27.505	254.009	39.644	293.653
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.035	10.073	64.857	11.831	12.725	535	91	68	27.541	230.756	220	230.976



Bens dados em garantia

A Controlada Manguinhos Distribuidora ofereceu como garantia a renegociação e assunção do empréstimo da Refinaria de Petróleos de Manguinhos junto ao **Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO**, Terreno situado na Avenida Monroe no município de Duque de Caxias, Estado do RJ, com 15.329 m2 e construção de uma base de distribuição de petróleo.

Vida útil dos ativos imobilizados

- Imóveis - 10 a 30 anos
- Instalações - 10 a 30 anos
- Máquinas e Equipamentos - 6 a 8 anos
- Equipamentos de Armazenamento e Transferências - 6 a 8 anos
- Móveis e Utensílios - 2 a 6 anos
- Equipamentos de Informática - 1 a 3 anos

Valores segurados - Os ativos imobilizados estão segurados para incêndio e riscos operacionais. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e suas Controladas também possuem cobertura para poluição súbita e acidental.

Análise de recuperabilidade de imobilizado - Não houve eventos ou circunstâncias significativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 que indiquem a necessidade de efetuar teste de recuperabilidade de imobilizado.



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONTROLADORA)

<i>Descrição</i>	<i>Início</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Taxa De Juros</i>	<i>Parcelas</i>	<i>Valor</i>
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO BANRISUL (i)	10.03.2018	10.06.2021	0%	60	10.617
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO MELROSE SOFISA (i)	05.03.2016	06.06.2019	0%	40	7.500
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BIC BANCO (i)	07.11.2013	07.02.2017	0%	42	7.221
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO KDB	28.10.2011	28.02.2020	CDI + 0,8% A.M	100	7.059
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO BANIF (i)	10.02.2014	10.09.2015	0%	33	3.784
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO BVA (i)	10.12.2015	10.09.2018	0%	50	3.000
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO INTERMEDIUM (i)	04.08.2014	04.11.2017	0%	50	2.300
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO CREDITIMIX (i)	15.03.2016	15.10.2020	0%	110	2.000
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO CÉDULA (i)	30.08.2014	30.11.2017	0%	50	1.480
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO DAYCOVAL (i)	02.07.2015	02.02.2017	0%	36	1.200
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO OPNIÃO (i)	10.12.2015	10.09.2016	0%	50	1.300
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO SAFRA (i)	22.04.2014	22.10.2017	0%	50	736
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO TREDBANK (i)	27.07.2012	27.05.2013	0%	74	350
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO GERDAU (i)	05.12.2012	06.06.2013	0%	20	70
BANCO BRADESCO - LEASING S.A. (ii)	08.07.2012	08.06.2015	CDI	36	62
Banco Itaú - Cheque Especial	31.12.2012	01.12.2013	0%	0	63
					48.742
				<i>Circulante</i>	458
				<i>Não Circulante</i>	48.284

14.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

<i>Descrição</i>	<i>Início</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Taxa de juros</i>	<i>Parcelas</i>	<i>Valor</i>
BANCO BANRISUL	27.01.2011	21.12.2017	CDI+0,1% a.m	74	9.876
BANCO KDB	28.10.2011	28.02.2020	CDI + 0,8% a.m	100	7.059
BANCO MELROSE SOFISA	31.01.2011	28.01.2016	CDI	60	5.878
BIC BANCO	17.12.2012	03.11.2015	CDI+0,14% a.m	42	3.257
BIC BANCO	26.12.2012	03.11.2015	CDI+0,2% a.m	33	601
BANCO BANIF	23.12.2009	31.01.2014	CDI+1% a.m	50	2.024
BANCO BVA	29.11.2010	10.11.2015	CDI+0,1% a.m	50	2.712
BANCO INTERMEDIUM	22.02.2011	17.06.2014	CDI	40	1.438
BANCO DAYCOVAL	07.04.2011	08.06.2015	CDI+0,5% a.m	50	1.004
BANCO OPNIÃO	10.12.2011	10.07.2013	1% a.m	20	165
BANCO SAFRA	22.06.2011	22.05.2014	1,5% a.m	36	476
BANCO CÉDULA	07.04.2011	29.08.2015	CDI+1,25% a.m	50	659
BANCO CREDIMIX	01.09.2011	15.02.2016	1% a.m	110	1.852
BANCO BRADESCO - LEASING S.A (ii)	08.02.2012	01.01.2015	CDI	36	171
BANCO BRADESCO - LEASING S.A	08.07.2012	08.06.2015	CDI	36	62
BANCO ITAÚ - CHEQUE ESPECIAL	31.12.2012	31.01.2013	0%	-	63
					29.942
			<i>Circulante</i>		7.302
			<i>Não Circulante</i>		29.995



- (i) *Valores renegociados, junto às instituições financeiras, e que foram assumidos pela controlada Manguinhos Distribuidora o pagamento (vide nota 14). A Administração da Companhia, no sentido de restabelecer o fluxo de caixa das operações da controladora, instituiu prazo de carência para início do pagamento para controlada Manguinhos Distribuidora.*
- (ii) *Leasing referente aquisição de veículo automotor para uso nas operações da Companhia.*
- (iii) *Leasing referente aquisição de uma empilhadeira Toyota e uma RX 01 - EPSILON.*

15 IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<i>ICMS ST a Recolher</i>	92.718	49.601	95.230	63.102
<i>ICMS a Recolher</i>	6.816	-	7.126	4.072
<i>CIDE a Recolher</i>	2.217	5.456	2.217	5.456
<i>Impostos e Contribuições Retidos na Fonte</i>	718	476	1.159	766
<i>PIS e COFINS a Recolher</i>	2.695	-	2.695	-
<i>Contribuições Sociais a Recolher</i>	2.214	1.110	2.371	25.102
<i>Parcelamentos - ICMS (b)</i>	23.470	15.389	23.470	15.573
<i>REFIS Federal (a)</i>	369	3.028	548	3.164
<i>Outros</i>	10.677	5.411	11.675	5.569
<i>Circulante</i>	<u>141.894</u>	<u>80.471</u>	<u>146.491</u>	<u>122.804</u>

<i>Descrição</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<i>Parcelamentos - ICMS (b)</i>	172.966	55.967	172.965	55.967
<i>Refis Federal (a)</i>	35.577	35.577	36.917	36.070
<i>Impostos Diferidos</i>	62.334	67.599	67.045	73.310
<i>Não Circulante</i>	<u>270.877</u>	<u>159.143</u>	<u>276.927</u>	<u>165.347</u>

Conforme Nota Explicativa 1- Desapropriação, a Companhia vem enfrentando dificuldades operacionais devido ao decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro, cujas operações estão quase paralisadas, dificultando assim o pagamento de diversas obrigações. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se com os impostos correntes em atraso.

(a) Programa de recuperação Fiscal - Parcelamento Especial (Lei nº11. 941/2009)

O Parcelamento Especial instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4) é um regime especial de regularização dos débitos de qualquer natureza junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de pagamentos de parcelas mensais, em até 180 prestações.



Visando migrar os parcelamentos existentes anteriormente de débitos fiscais e previdenciários federais, inclusive os inscritos na dívida ativa da União, a Companhia protocolou pedido de adesão a este Novo Parcelamento em 30 de novembro de 2009 junto aos órgãos acima mencionados, que proporcionou o benefício da Lei em reduzir multas e juros com a compensação de prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de contribuição social, apuradas e permitidas na forma da lei.

Outras Informações

Segundo o inciso I do art. 11. da Lei nº 11.941/2009, a homologação da opção pelo Novo Parcelamento independe de apresentação de garantia ou arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal. No caso da Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A, não existem garantias prestadas ou bens arrolados.

(b) Parcelamento ICMS

A Administração da Companhia realizou parcelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS junto as Secretarias de Estado de Fazenda do Paraná e Rio de Janeiro em 60 parcelas mensais.

16 FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Solindur Uruguay	-	14.660	-	14.660
Companhia Ultragaz S.A	-	5.926	-	5.926
Cattalini Terminais Marítimos Ltda.	5.898	-	5.898	-
Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda.	-	-	6.919	-
Braskem S.A	-	2.108	-	2.108
Cooperativa Transportadora	-	1.061	-	1.061
Construtora NM Ltda.	-	816	-	816
OILTANKING Terminais Ltda.	-	760	-	661
Usina da Barra açúcar e Alcool	-	-	-	995
Fera Lubrificantes Ltda	-	-	-	787
Terminal Químico de Aratu S/A-EQUIMAR	1.894	-	1.894	-
EQUIPEMAR Engenharia e Serviços	709	-	709	-
Coopersucar S.A.	-	-	-	778
Central Energética Vale do Sapucaí	-	-	-	125
Outros	1.319	13.447	3.179	18.828
Total	9.820	38.778	18.600	46.745

17 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<i>Estrada Distribuidora de Derivados de Petróleo</i>	447	-	447	-
<i>Montouza Comercio de Combustíveis</i>	-	-	193	-
<i>Pantera Distribuidora de Combustíveis Ltda.</i>	131	-	131	-
<i>Posto Triangulo de Itaperuna Ltda.</i>	-	-	119	-
<i>Posto Graffiti de Campos Ltda.</i>	-	-	88	-
<i>Posto de Gasolina Nova Primavera</i>	-	-	79	-
<i>Auto Posto Capello de Paula</i>	-	-	59	-
<i>Posto Duque Manilha</i>	-	-	56	-
<i>Auto Posto e Serv BamBam Ltda.</i>	-	-	56	-
<i>S G A Interlagos Combustíveis Ltda.</i>	-	-	53	-
<i>Auto Posto Quatro Primos Ltda.</i>	-	-	51	-
<i>Pelikano Distribuidora de Petróleo</i>	44	-	44	-
<i>Outros</i>	128	809	792	1.443
<i>Circulante</i>	750	809	2.287	1.443

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como efeitos temporais, são os que seguem:

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<i>Prejuízos fiscais</i>	320.391	313.057	332.216	324.882
<i>Base negativa de CSLL</i>	290.110	285.710	302.271	297.871

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 32, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2009, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Os critérios para reconhecer ativos fiscais diferidos advindos do registro de prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados são os mesmos critérios para reconhecer ativos fiscais diferidos advindos de diferenças temporárias dedutíveis.

A Companhia entende que devido ao fato do histórico de prejuízos recentes, não deve ser reconhecido um ativo fiscal diferido advindo de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados, e que somente na medida em que tenha diferenças temporárias tributáveis suficientes ou existam outras evidências convincentes de que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados tais créditos serão elegíveis para reconhecimento.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora				
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011
Contingências Trabalhistas	4.152	(540)	-	3.612	396
Contingências Fiscais	247.456	(4.266)	-	243.190	303.538
Contingências Cíveis	83.799	-	-	83.799	4.269
Precatório	544.539	-	(544.539)	-	98.840
Circulante	904.223	(4.806)	(544.539)	330.601	407.043

Descrição	Consolidado				
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011
Contingências Trabalhistas	4.441	(545)	-	3.896	417
Contingências Fiscais	272.319	(6.288)	-	266.031	301.781
Contingências Cíveis	85.866	-	-	85.866	5.319
Precatório	590.482	-	(590.182)	300	98.714
Circulante	953.108	(6.833)	(590.182)	356.093	406.231

A Companhia e suas controladas no sentido de preservar seu patrimônio diante da possibilidade de uma eventual execução fiscal realizaram a constituição de provisão para contingências na proporção integral da receita decorrente dos precatórios compensados no período de novembro de 2007 a dezembro de 2012.

Eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade esta reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exeqüente equivale a dinheiro (Resp 365.095/ES, Resp 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS).

O Grupo Manguinhos é parte envolvida em ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente na esfera tributária, que se encontra em vários estágios de julgamento. A Administração da Sociedade, de acordo com a Deliberação CVM no 489/05, adota procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Portanto para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela Administração da Sociedade e suas controladas, e por seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

Controladora			
Descrição	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2011	307.788	4.269	936
(+) Adições	377.866	140.898	4.212
(-) Reversões	(438.198)	(61.368)	(996)
(-) Baixas por pagamento	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	247.456	83.799	4.152

Consolidado			
Descrição	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2011	308.241	5.319	962
(+) Adições	402.276	144.414	4.501
(-) Reversões	(438.198)	(63.867)	(1.022)
(-) Baixas por pagamento	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	272.319	85.866	4.441

Reclamações Trabalhistas (Controladora)

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Sociedade referem-se a indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, além de discussões que envolvem principalmente horas extras e equiparações. Em 31 de dezembro de 2012 existem diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nas ações trabalhistas em andamento é de aproximadamente R\$ 4.957 mil. Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 4.152 mil refere-se à chance provável de perda e (II) R\$ 805 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

Processos Cíveis (Controladora)

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade era ré de ações de natureza cível, cujo valor em andamento é de R\$ 89.564 mil. Do total da contingência, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 83.799 mil, refere-se à chance de perda provável e (ii) R\$ 5.765 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

Processos Fiscais (Controladora)

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 1.545.829 mil. Do valor total da contingência fiscal, (i) R\$ 419.720 mil refere-se à chance provável de perda, em diversas ações; (ii) R\$ 14.681 mil refere-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 1.111.428 mil refere-se a contingências avaliadas em perdas remotas.

Precatório

A Companhia e suas controladas no sentido de preservar seu patrimônio na possibilidade de uma eventual execução fiscal, realizaram a constituição de provisão para contingências na proporção integral da receita decorrente dos precatórios compensados no período de novembro de 2007 a dezembro de 2012.

A eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os próprios precatórios indicados à compensação, possibilidade que se encontra pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que assenta que o precatório vencido e não pago pelo Estado exequente equivale a dinheiro (Resp 365.095/ES, Resp 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS).

20 PASSIVO A DESCOBERTO (CONTROLADORA)

20.1 Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 94.580 mil (noventa e quatro milhões, quinhentos e oitenta mil), divididos em 931.451.520 (novecentos e trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte) ações sem valor nominal, sendo 780.863.314 (Setecentos e oitenta milhões, oitocentos e sessenta e três mil, trezentos e quatorze) ações ordinárias e 150.588.206 (cento e cinquenta milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e seis) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O Capital Social poderá ser representado, em até 50% (cinquenta por cento), por ações preferenciais, sem direito a voto.

A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações de Assembléia Geral, salvo na hipótese do artigo 141, "caput", da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As ações preferenciais não terão direito a voto, sendo-lhes conferidos dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

20.2 Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o montante de R\$ 19.752 mil refere-se a incentivos fiscais de R\$ 14.821 mil, Reserva especial - Lei nº 8.200/91 de R\$ 4.925 mil e doações de R\$ 6 mil.

20.3 Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu 132.888 ações de sua própria emissão, sendo 60.138 ações ordinárias e 72.750 ações preferenciais, pelo preço correspondente ao valor patrimonial de 31 de março de 2003 (R\$ 1,685 por ação), cujo montante foi de R\$ 224 mil, devidamente autorizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de abril de 2003. Em decorrência da baixa liquidez, essas ações podem não apresentar valor de mercado. A aquisição visa a possível permanência em tesouraria ou seu cancelamento.

21 RESULTADO BRUTO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receita Bruta de Venda	1.453.633	1.425.474	1.862.781	2.355.539
(-) Impostos incidentes de vendas	(792.744)	(852.996)	(955.124)	(993.782)
(-) Descontos Com. e Devoluções de vendas	(11.761)	-	(16.852)	-
Receita líquida de vendas	649.128	572.478	890.805	1.361.757
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(867.846)	(664.518)	(1.101.657)	(1.443.972)
Resultado Bruto	(218.718)	(92.040)	(210.852)	(82.215)

22 RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Receitas financeiras</u>				
Descontos recebidos	343	319	353	417
Prêmios recebidos	76	-	76	2
Variações monetárias ativas	-	-	52	87
Variações cambiais ativas	15.014	7.725	15.014	7.725
Juros ativos	17	166	79	309
	15.450	8.210	15.574	8.540

Descrição	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesas bancárias	(1.161)	(706)	(3.641)	(3.208)
Variações monetárias passivas	(1.249)	(2.556)	(1.273)	(2.587)
Variações cambiais passivas	(21.638)	(6.911)	(21.638)	(6.912)
Factoring	(359)	-	(7.582)	-
Juros passivos (*)	(29.292)	(27.066)	(33.282)	(31.670)
	(53.699)	(37.239)	(67.416)	(44.377)
Resultado financeiro líquido	(38.249)	(29.029)	(51.842)	(35.837)

(*) Referem-se a juros dos empréstimos e fornecedores.

23 **DESPESAS COM VENDAS**

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<i>Fretes e carretos comerciais</i>	50.127	50.463	57.584	62.846
<i>Telemarketing e outros</i>	-	-	2.499	2.302
<i>Propaganda e Publicidade</i>	995	1.440	1.009	1.575
	<u>51.122</u>	<u>51.903</u>	<u>61.092</u>	<u>66.723</u>

24 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<u>Outras Receitas Operacionais</u>				
<i>Ganho (perda) de ativo imobilizado</i>	162	76	162	63
<i>Deságio realizado na aquisição de títulos (a)</i>	13.037	157.086	-	171.222
<i>Reversão de custos e despesas (b)</i>	222.579	183.295	236.250	183.304
<i>Outros</i>	-	1.112	641	7.358
	<u>235.778</u>	<u>341.569</u>	<u>237.053</u>	<u>122.617</u>
<i>Descrição</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<u>Outras Despesas Operacionais</u>				
<i>Perda de créditos a fornecedores</i>	(1.682)	-	(1.682)	-
<i>Perdas no recebimento de cliente</i>	-	(558)	-	(624)
<i>Perdas no ativo imobilizado</i>	-	-	(9.033)	-
<i>Perdas de estoque</i>	-	-	(329)	-
<i>Outras</i>	(4.472)	(60)	(4.685)	(62)
	<u>(6.154)</u>	<u>(618)</u>	<u>(15.729)</u>	<u>(686)</u>
	<u>229.624</u>	<u>340.951</u>	<u>(221.324)</u>	<u>361.260</u>

(a) Deságio realizado na aquisição de títulos.

(b) Valor representado, basicamente, pela devolução de precatórios no parcelamento realizado no exercício de 2012 no Estado do Paraná.

25 HONORÁRIOS DA DIRETORIA

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>31.12.2011</i>
<i>Benefícios de curto prazo a administradores</i>	451	738	451	738
<i>Benefícios pós - emprego</i>	-	-	-	-
<i>Outros benefícios de longo prazo</i>	-	-	-	-
<i>Benefícios de rescisão de contrato</i>	-	-	-	-
<i>Remuneração baseada em ações</i>	-	-	-	-
	451	738	451	738

De acordo com a lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembléia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores.

26 SEGUROS

A Sociedade adota a política de manter a cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado, estoques sujeitos a riscos, lucros cessantes, tumultos e riscos ambientais.

As principais informações sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim demonstradas:

<i>Ramo</i>	<i>Tipos de cobertura</i>	<i>Importância segurada</i>	
		<i>Controladora</i>	<i>Consolidado</i>
<i>Instalações, equipamentos estoques</i>	<i>Incêndios e riscos operacionais</i>	92.775	112.400
<i>Responsabilidade civil geral</i>	<i>Poluição súbita e acidental</i>	26.105	31.700

27 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Projeto Social Usina de Cidadania que tinha como principal objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população que vive nas comunidades próximas à Companhia, uma região que apresenta um dos índices mais baixos de desenvolvimento humano do Rio de Janeiro.

Em doze anos de atuação, o projeto beneficiou mais de seis mil pessoas. Vale lembrar que antes do decreto de desapropriação a usina possuía mais de 600 crianças matriculadas que freqüentavam mensalmente a Usina de Cidadania e oferecia mais de 1.500 vagas em atividades gratuitas para moradores de cerca de 27 comunidades localizadas em Manguinhos, Benfica, Caju, Maré e São Cristóvão. Eram oficinas e cursos distribuídos entre os núcleos Artístico Cultural, Educação Continuada, Inclusão Digital e Artístico de Capacitação Profissional, que integravam crianças, jovens e adultos, desenvolvendo a consciência individual e coletiva dessa parcela da população carente de atenção.

Além disso, ajudava na capacitação e integração, social e profissionalmente, de portadores de necessidades especiais, que, muitas vezes, são discriminados, não conseguindo reconhecimento dentro da sociedade.

A Refinaria de Manguinhos tinha a preocupação do trabalho desenvolvido com essas comunidades de baixa renda não resvalar para o simples assistencialismo. Mesmo nas ações de maior importância, procurava estimular a participação ativa das pessoas que eram beneficiadas. A Usina de Cidadania se preparava para ajudar um número maior de pessoas, com a ampliação de suas atividades e melhorias em suas instalações.

Desde o decreto de desapropriação da Companhia a movimentação Projeto da Usina foi paralisada.

28 COMPROMISSO AMBIENTAL

(a) Licença de Operação

Em 28 de julho de 2011 a **“Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA”**, no uso de suas atribuições concede licença de operação com validade até 28 de julho de 2016, para realizar a transferência de hidrocarbonetos através de oleoduto que interliga a **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.** à Baía de Guanabara.

(b) Licença de Operação e Recuperação

Em 12 de agosto de 2011 a **“Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA”**, no uso de suas atribuições concede licença de operação com validade até 12 de agosto de 2016, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, Óleo Combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta e recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

29 CERTIFICAÇÕES

(a) Certificação NBR ISO 14001

Em 06 de Outubro de 2011 a **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.** foi auditada pela Bureau Veritas Certification- Brasil e o seu Sistema de Gestão Ambiental foi recomendado para a certificação de acordo com os requisitos da NBR ISO 14001:2004, abrangendo o seguinte escopo: **“Refino de Petróleo, comercialização de gasolina A, solventes especiais e outros combustíveis, estocagem de grânéis líquidos e recebimento de petróleo e seus derivados por duto, via terminal marítimo”**.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

VISÃO GERAL

A Companhia possui exposição para o risco de crédito resultante de instrumentos financeiros.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo:

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Descrição	Controladora Valor contábil		Consolidado Valor contábil	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	36	799	46	856
Contas a receber de clientes	16.995	84.008	13.186	75.563
	<u>17.031</u>	<u>84.807</u>	<u>13.232</u>	<u>76.419</u>

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber na data do relatório foi de R\$16.995 mil e R\$13.186 mil controladora e consolidado, respectivamente, (R\$84.008 mil e R\$75.563 mil controladora e consolidado, respectivamente, 31 de dezembro de 2011), representada por clientes privados.

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidos ainda são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos níveis de crédito de clientes subjacentes, quando disponível.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 36 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 799 em 31 de dezembro de 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

- **Valor de mercado de instrumentos financeiros**

Os saldos contábeis de disponibilidades (caixa e bancos), contas a receber de clientes e passivos circulantes e não circulantes correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima a do balanço.

- **Outros tipos de instrumentos financeiros**

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2012, tampouco, realizou operação com derivativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

31 **EVENTOS SUBSEQUENTE**

- *Em 09 de janeiro de 2013, a Companhia informou que o pedido de falência proposto pela Real SRR Publicidade e Marketing Ltda. (Proc. nº 0465652-71.2012.8.19.0001) que tramitava perante a 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro será livremente distribuído, uma vez que o D. Juízo entendeu não haver qualquer prevenção sua para exame do mesmo. Desta forma, a empresa esclareceu que não havia qualquer novo pedido, mas sim, que se tratava do mesmo processo sendo distribuído para uma nova Vara Empresarial. A Companhia reafirmou que a questão consistia em uma ação de execução no valor total de R\$ 76.994,32, e que continuaria a discutir a questão enquanto entendesse indevido o valor cobrado e que, caso a Justiça considerasse necessário, faria o depósito para garantir o Juízo.*
- *Em 14 de janeiro de 2013, a Companhia anunciou o aporte de aproximadamente R\$ 55 milhões (cinquenta e cinco milhões de reais) da sua controladora **MANGUINHOS PARTICIPAÇÕES S.A.**, com objetivo de equalizar os danos causados pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, contra o qual a Companhia continua buscando respaldo do Poder Judiciário, na certeza do êxito de seu bom direito. A mesma formalizou consulta a CVM acerca de como proceder no tocante à subscrição. A Companhia reiterou sua confiança no Poder Judiciário, acerca das questões acima, e destacou seus quase 60 anos de atividade, com localização estratégica tanto para a produção, como para a importação de derivados, registrando, em especial, o momento brasileiro do mercado de combustíveis, o qual vem reiteradamente demandando maiores volume de produção e importação de derivados de petróleo.*
- *Em 21 de janeiro de 2013 a companhia através dos seus administradores ingressou com pedido de Recuperação Judicial com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório.*

- *Em 22 de janeiro de 2013, a Companhia comunicou que foi deferido o processamento de seu pedido de Recuperação Judicial, determinando-se, em consequência, a suspensão de todas as ações ou execuções contra a Companhia, nos termos do art. 6º da Lei n. 11.101/2005. Reiterou que um plano consistente de pagamento seria apresentado aos credores nos próximos 60 dias, para mostrar como a Companhia pretende equacionar suas dívidas e conservar suas atividades, onde atua há quase 60 anos.*
- *Em 10 de junho de 2013, a Companhia comunicou, em cumprimento a determinação expressa da CVM, contida nos Ofício GAE 2529/13 e OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/N.º231/2013, nos quais se pedia explicações acerca de matéria veiculada no Jornal O Globo, de 01/06/2013, que em 08 de maio de 2013, foi concedido efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 1.050.315-2, que tramita perante o Tribunal de Justiça do Paraná, determinando-se, provisoriamente, a suspensão da prática de qualquer ato nos autos da recuperação judicial ajuizada perante a 1ª Vara Cível do Foro Regional de Araucária - Curitiba/PR, até que aquele Tribunal decida se o juízo paranaense é ou não competente para o julgamento do pedido de recuperação. No mais, a Companhia informou que restaram mantidos todos os efeitos da recuperação judicial até referida data, sem quaisquer prejuízos para o processo.*
- *Em 11 de junho de 2013, a Companhia comunicou em atenção ao Ofício GAE 2636/13 - BOVESPA, no qual se pedia explicações complementares acerca de matéria veiculada no Jornal O Globo, de 01/06/2013, que a empresa não sofreu qualquer interdição por parte do INEA (Instituto Estadual de Ambiente - RJ) ou de qualquer outro órgão público e que o uso de precatórios para pagamento de tributos está devidamente contingenciado nos balanços divulgados e arquivados junto a CVM, desconhecendo a companhia o total da dívida noticiada.*

- *Em 12 de junho de 2013, a Companhia comunicou que havia sido remetido ao Colendo Supremo Tribunal Federal os autos da Ação Declaratória n. 0020359-62.2012.403.6100, ajuizada pela sócia minoritária Perimeter Administração de Recursos Ltda., que tramitava perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual tinha esta companhia e a União Federal como litisconsortes ativas e onde se discute a nulidade do decreto expropriatório fluminense. No mais, informou que referido processo tomou a classificação de Ação Cível Originária, tendo sido determinada, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, a citação do Estado do Rio de Janeiro e a manifestação da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral da República.*
- *Em 17 de junho de 2013, a Companhia comunicou, em cumprimento a determinação contida no Ofício GAE 2663-13, que, em virtude das nefastas consequências do ato expropriatório (Decreto 43.892/2012), viu-se obrigada a reduzir drasticamente seu quadro de funcionários, inclusive entre os profissionais necessários à prestação de informações econômico-financeiras e atualização de dados cadastrais, o que tem levado ao atraso na finalização das Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais.*
- *Em 20 de junho de 2013, a Companhia comunicou que a partir de 24/06/2013 o BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. seria o Agente Emissor de Certificados das ações de emissão da Companhia, e, portanto, responderia por todas as atribuições específicas relacionadas a essa atividade, em substituição ao Itaú Unibanco S/A. Informou, ainda, que o atendimento aos acionistas seria prestado pelas agências especializadas do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A no território nacional e que os bloqueios de ações emitidos até 21/06/2013, e não depositados na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, continuariam válidas até 27/06/2013.*



- *Em 21 de junho de 2013, a Companhia comunicou, retificando o comunicado feito em 20 de junho e o tornando sem efeito, que, provisoriamente, até novo pronunciamento, o ITÁU UNIBANCO S/A continuaria sendo o Agente Emissor de Certificados das ações de emissão da Companhia, e, portanto, responderá por todas as atribuições específicas relacionadas a essa atividade.*

* * *